

Referências das Rotinas Administrativas da Ouvidoria

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

RAD-OUVID-008 – Recepcionar, Tratar e Responder Manifestações Encaminhadas à Ouvidoria

Com vigência a partir de 15/01/2024

Constituição da República Federativa do Brasil /1988 – artigo 5º inciso XXXIII;

Constituição da República Federativa do Brasil /1988 – artigo 103 – B § 7º;

Constituição da República Federativa do Brasil /1988 – artigo 216 § 2º;

Lei nº 9.784/1999 – Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Lei nº 11.340/2006 – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências;

Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação – LAI;

Lei nº 13.460/2017 – Dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da administração pública;

Lei 13.608/2018 – Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins;

Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

Resolução TJ/OE/RJ nº 02/2022 – Dispõe sobre a Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

Ato Normativo nº 08/2018 – Dispõe sobre o Serviço de Informação ao Cidadão, do Acesso às Informações do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Resolução CNJ nº 215/2015 – Dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da LAI;

Resolução CNJ nº 363/2021 – Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais;

Resolução CNJ nº 401/2021 – Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão;

Resolução CNJ nº 425/2021 – Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades;

Resolução CNJ nº 432/2021 – Dispõe sobre as atribuições, a organização e o funcionamento das Ouvidorias dos tribunais, da Ouvidoria Nacional de Justiça e dá outras providências.

Resolução OE nº 04/2023 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

Portaria Presidência CNJ nº 83/2023 – Altera a Portaria CNJ nº 33/2022, que trata da Ouvidoria Nacional da Mulher no âmbito do Conselho Nacional de Justiça e institui Ouvidorias Auxiliares Regionais da Mulher a ela vinculadas.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria-Geral de Administração

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br